



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Isadora Bonfim Nuto
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-637-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.376212710>

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva (Organizador). II. Vale, Kamilly Souza do (Organizadora). III. Título.

CDD 618.9289143

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Com amor,
à Helena Vale (*in memoriam*)

PREFÁCIO

Ater-me à linguagem de uma obra, naquilo que posso apresentá-la ou presentá-la, implica, antes de qualquer exposição minha, na humilde assunção da linguagem como senhora última de nossa construção e abertura ao mundo. Assim, olhar e dizer estão carregados de uma implicação hermenêutica, à medida que como seres humanos somos linguagem e mundo em interatividade transformadora. O desafio hermenêutico se constitui na produção de exatidão de sentidos: aqueles que repousam sobre a produção – intencionando quem lê; sobre os autores – intencionando seus objetos e, para muito além, o sentido transcendente imposto pela fusão da obra e leitor na necessidade de ida à escrita, aos objetos dos autores e aos próprios objetos, produzindo então novos sentidos e novas construções.

Assim, a medida exata do entendimento de quem apresenta e introduz não faz jus à qualificação que será produzida no encontro com o leitor. Sugiro que cada leitor se deixe visitar pelos vários capítulos, ingenuamente, para posteriormente consultar as possibilidades de ser a partir daí mesmo, acenando a si com novos horizontes e possibilidades. Uma das características epistemológicas da Gestalt-terapia é sua condição moldável, sua plasticidade ou flexibilidade como queiram alguns e outros que, devido a isso até mesmo chegam a considerá-la sem epistemologia. Se a episteme seria uma dimensão que aprisiona e polariza, então a Gestalt-terapia é a-epistêmica sim, e eu ousaria dizer, anti-epistêmica, por aceitar sempre a introdução de novos e diversos pensamentos, ainda que mantenha sua identidade.

Mas a tecitura dos capítulos poderá falar por si, e eu por eles em mim, ao passo que cada “apresentação” poderá, dar-se como o presente mesmo, como um prenúncio do ganho – aqueles que por vislumbre identificamos ser saciedade, o encontro do adejo no emaranho, a descoberta da preciosidade ainda mesmo sem se saber da permanência da busca; e assim dando a todo inaugural da linguagem, a certeza do instante. Dizer é fixar sentidos. Mas a palavra bem dita os torna brevemente fixos, apenas para em alguns instantes calar fundo e fazer calar para, em seguida, erigir e destruir mundos. Assim os temas se seguem e nos seguem. Vejamos.

Podemos, podemos sempre como psicoterapeutas, estudiosos, cientistas que somos, supor que a violência entre os casais (seria toda forma de violência?) está alicerçada em padrões sociais mais amplos. Mas, aqueles que testam essa hipótese e a verificam em um trabalho profícuo, esses são os gestalt-terapeutas que em grupo, no grupo e para o grupo elegem a ação efetiva de uma Gestalt-terapia que, ainda que posa estar se perdendo de sua origem grupal, guarda-se na intersubjetividade como princípio epistemológico irreversível. Assim é que *Kamilyly Souza do Vale*, no *primeiro capítulo* expõe

um de seus trabalhos com casais em situação de violência conjugal, passando brevemente pelo histórico da psicoterapia de grupo, pela história e alguns princípios da psicoterapia de grupos gestáltica, os elementos constitutivos da psicoterapia de curta duração com grupos da Gestalt-terapia, desembocando naquilo que coroa o trabalho efetivo de um gestalt-terapeuta: desfazer as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar os modos de violência, nesse caso, entre o casal. É em grupo que os casais podem se ouvir, no sentido de uma escuta que é de alguém, para alguém, por algum motivo, de algum modo e, para ser refletida sobre o modo de atuar na vida com o objetivo de reconhecimento e superação.

Curiosamente, casos clínicos não são frequentemente publicados em Gestalt-terapia. A despeito da consideração dos motivos, posso afirmar que há algo de ousado em mostrá-los, comparável ao supervisionando que apresenta seu caso em um grupo novo, temeroso dos olhares, da austeridade dos colegas e da profundidade da análise do supervisor. Mas no *segundo capítulo*, *Lázaro Castro Silva Nascimento* eleva seus supervisores e colegas à potência da infinitude, quando publica o caso de Franklin. Aos poucos pode-se perceber que sua ousadia de publicação é a mesma que o fez atender Franklin, sendo o leitor lentamente agraciado com o cuidado amoroso na condução e relato do caso, ao passo que revela suas intervenções sem, contudo, restringir-se à psicopatologia ou à técnica como elementos definitivos do processo. É a *relação*, associada a um olhar tecnicamente competente, mas antes e sempre a relação a produtora de mudanças significativas. E por falar em técnica, podemos finalmente perguntar qual o papel da técnica em Gestalt-terapia? Podendo ser compreendida como uma extensão do humano ou como o aprisionamento do ser, a técnica parece desfrutar de uma condição ambígua, de mocinha e vilã, quando referente às abordagens humanistas, em função de sua herança cientificista e também do comprovado auxílio que parece promover na atuação psicoterápica. No citado caso exposto por Lázaro, o autor apresenta o “mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico”, dando-lhe ao mesmo tempo uma condição técnica e experimental. É exatamente o caráter experimental (não-determinístico, intuitivo, compartilhado, entre outros aspectos) que dá ao procedimento sua condição de libertação dos ranços da técnica. Desejo que próprio leitor faça sua apreciação dessa condição.

E dentre as condições a que estamos lançados, a violência, essa dos primórdios em que o homem se registra como homem, aparece como instituinte e reguladora do poder entre pessoas, grupos e nações, e nos impõe a pergunta se teremos mesmo elucidado suas facetas, suas minúcias e, principalmente sua origem, de forma que possamos nos perguntar como contribuir para mitigá-la. É nessa direção, de contribuição para uma perspectiva distinta e, por isso mesmo, necessária que *Leda Mendes Gimbo*, no *capítulo 3* faz sua exposição, caracterizando a violência como um hábito, mas não apenas aquele que se instaura na vivência individual e sim aquele instituído por macropolíticas, como forma de dominação de sociedades e grupos inteiros. Delineando a teoria do *self* em sua condição

necessariamente fenomenológica, a autora expõe minuciosamente essa pertinência e demonstra o modo de um fenômeno social se configurar como hábito, aparecendo por fim na teoria do *self* em sua dimensão individual. Afim com essa perspectiva, o *self* é reafirmado como um sistema de contatos e não como instância, a violência é situada na dinâmica entre as funções id, ego e personalidade, mas também vinculada a hábitos introjetados e repetidos historicamente, a serviço de fracasso ou sucesso social. Surgindo dessa forma, parece impossível mitigá-la, dados os caracteres antropológico e histórico a que a violência é tributária mas, afim com o *ethos* gestáltico, a autora evoca a insubmissão e a recusa *como possibilidades libertárias e criativas* dentro de uma condição clínica, afim com princípios éticos gestálticos e propensos a não se confirmar um fazer psicológico conivente e reforçador de injustiças.

O capítulo 4, de Alberto Heller, traz-me um pensamento que há muito me acompanha e que ainda não sei exatamente como implementá-lo: está na hora de musicar a vida, a partir dos infinitos silêncios que a inauguram. Exatamente essa ideia de uma escuta do inaudível está exposta em todo o seu texto, afirmando a necessidade de interposição de sentidos ou resgate das sensações intermodais (tatear com os olhos, ouvir com o corpo, ver com os ouvidos) de se entender o ouvir para além da escuta do senso comum e do sentido comum das psicoterapias. Está instituído um modo de escutar em psicoterapia que fixa a atenção no bem-dizer, nas regras gramaticais da língua, nos modos permitidos de expressão, na semântica necessária, na lógica causal e no ritmo vigente, de forma que a dança necessária entre sons e silêncios, entre o silenciamento do psicoterapeuta e sua escuta qualificada (inclusive para o não saber o que ouvir) estão tolhidos e abolidos do processo psicoterápico. Alberto, realiza uma série de exames dos termos ouvir, escutar e auscultar, vinculando seu sentido ao estar aberto, à obediência corporal necessária para que o psicoterapeuta deixe de prioritariamente escutar a si mesmo para escutar o outro. É dessa maneira que incorpora o “estranho” ao processo psicoterápico, analogamente à música que está com as janelas abertas para ruídos e sons imprevisíveis, dando a eles abrigo como se abriga um viajante (*êthos*) e assim possibilitar a escuta do não-eu; afirmando então esse radical não-eu que se abre para onde o outro quer levar o terapeuta e não para onde esse técnico o quer conduzir. Ainda resta em aberto a clarificação daquilo a que a escuta terapêutica se refere, em que Alberto contribui com a necessidade de se fazer parte da *dança, do quadro, da música, da cena*.

Há ainda muito o que ser ouvido, e muito mais ainda a ser selecionado para ser ouvido. Afim com essa constatação *Isaura Caroline Abrantes Silva e Welison de Lima Sousa* dirigem seus ouvidos para o inaudível, o invisível, o indizível. Imagino uma situação corriqueira, ao final do dia, em que uma pessoa pergunta a outra onde ela vai, com a resposta também costumeira de um “para casa”. Como seria não ter a casa para ir? Como seria não poder morar em nenhum lugar? Apenas por imaginação poderíamos sequer nos

aproximar da vida de pessoas em situação de rua. No *capítulo 5* os autores fazem um exame da condição das pessoas em situação de rua estabelecendo relação com a clínica gestáltica, enfatizando o entendimento da rua não apenas como o lugar da falta – evidente na ausência de moradia, de alimentação, de poder econômico, de políticas públicas – e que revela a exclusão econômica e política, mas também o lugar da presença e das potências: lugar de relações sociais onde se produz junto/com. E é nessa condição que apresentam a Redução de Danos como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico para o resgate de uma dimensão ética pouco abordada em Gestalt-terapia. O propósito é a provocação de um desajustamento criador: o construir de novidades que, com o suporte do campo, dê a psicoterapeuta e paciente a presença no invisível, o deserto das representações também chamado de vazio fértil. A Gestalt-terapia precisa repensar seu fazer? Sim, na medida em que possa estar a serviço dos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica então, deve servir ao não servir. Haverá nesse contexto, maior serventia que essa?

A resposta sobre a serventia de uma clínica fundada no vazio fértil traz à tona outras buscas, outras possibilidades de fazer da Gestalt-terapia. É mais uma vez o contato com a emergência e dessa vez da solidão do ato terapêutico que a discussão sobre a formação, eu me digo melhor, sobre a contínua e nunca acabada transformação do gestalt-terapeuta em ser si mesmo que a *intervisão* irrompe como ato, como possibilidade e com diferenças notórias em relação aos outros campos de construção e reconstrução do gestalt-terapeuta. No *capítulo 6*, *Natascha Bravo de Conto e Dafne Thaíssa Mineguel Assis* examinam a *intervisão* e a diferenciam do processo de psicoterapia e da supervisão, apontando as singularidades que, fundamentadas em uma relação dialógica, fazem surgir o ser dos psicoterapeutas com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. É a partir de uma relação não hierarquizada, sustentada no diálogo e na troca genuína que a *intervisão* se torna esse espaço complementar da psicoterapia e da supervisão onde emergem as potências e as nuances construtoras da história e trajetória dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a metáfora pertinente é de artistas que compartilham um trapézio e precisam equilibrar-se juntos e confiar na presença do outro para as manobras, ao mesmo tempo dotadas de destreza, mas também de saltos onde se acredita estar o outro ali, bem à mão e literalmente à mão, para ser o suporte condutor ao término do movimento. Dessa maneira beleza e risco se confirmam como necessários, mas também se sustentam na possibilidade de ser enquanto simples simetria.

E de quantas experiências precisaremos para sermos o efetivamente denominado de psicoterapeuta? Se olharmos para as pedras que compõem uma ponte, perguntaremos quem faz a suficiente sustentação: arco ou pedras? A resposta parece estar na superação da dicotomia, lugar onde pedras e arco “desaparecem” para aparecer a ponte. Assim, a partir de um caso (mais uma pedra?) é que *Lílian Vanessa Nicácio Gusmão*, no *capítulo 7*,

apresenta o acolhimento, a construção de desejos, a interlocução solidária, os sentimentos, valores e pensamentos compartilhados, apenas para recuperar uma pessoa (ou seria o próprio arco?). Uma pessoa que precisou vencer a dicotomia de ser adulto ou ser criança exatamente por, durante um longo tempo de sua vida, ter feito introjeções disfuncionais reveladas numa gastrite, na banalização da vulnerabilidade para evitação dos conflitos. Curiosamente, é no resgate e possibilidade de enfrentamento dos conflitos que o paciente de Lílian pode se expressar, e passar pela efetiva experiência de inclusão no colo da psicoterapeuta, lugar de cuidado e de segurança, onde pode também experienciar-se de forma plena. Experiências traumáticas são revisitadas por Lílian e seu paciente, atualizadas na dimensão do aqui e agora, conferindo a possibilidade do apoderamento de si mesmo. Sim, o leitor verá como o arco e as pedras desapareceram; vislumbrará apenas a ponte, quer seja figura a terapeuta, o cliente ou, ainda quem sabe, tudo isso junto.

E dessa noção de fixidez instalada em nossa necessidade de estabilização do mundo, perdemos a dimensão da unicidade quando somos obrigados a nos “desterritorializar”. A maioria de nós não sabe o que efetivamente é ser um estrangeiro, experienciar a perda de cidadania e de direitos em seu país de origem e novamente ser submetido a essa experiência no país onde se pediu abrigo. Com uma contribuição de combate a essas vivências, *Elis Moura Marques* no *capítulo 8* aborda a experiência de pessoas migrante e refugiadas venezuelanas no Brasil. Entender as dificuldades e sofrimentos, aquelas inerentes a toda e qualquer pessoa em estado de crise, é uma tarefa inerente ao gestalt-terapeuta; e é ainda mais sua tarefa compreender as especificidades sofridas em cada situação particular de sofrimento, com o objetivo de tornar, por um lado, mais apropriada a ação de cuidado, por outro, mais artístico nosso trabalho, no sentido de fazermos uma adaptação do conhecimento geral e sistemático à unicidade e singularidade daquele que se nos apresenta. Através do relato de três situações clínicas, Elis nos coloca em contato próximo à experiência de sofrimento dos venezuelanos refugiados no Brasil. Importante ressaltar o modo como aproxima a necessidade de uso do conhecimento gestáltico no trabalho com essas pessoas, através inicialmente do resgate histórico de desterritorialização experienciada por Perls e Laura, através da apropriação do fazer gestáltico como de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas. É assim o estabelecimento de auxílio para a restituição da autonomia perdida pela xenofobia, caráter agravador de sofrimentos anteriores e inerentes a todo e qualquer ser humano, mas que nos preconceitos impostos é potencializado e faz subsumir aspectos saudáveis desse outro em generalizações desqualificantes.

Entendo ser necessário aprender para estar com o diferente, o novo e o inusitado e, nessa perspectiva, a aprendizagem, objeto de estudo de tantas facetas, tem uma leitura particularmente gestáltica no *capítulo 9*, quando *Ana Karina El Messane* examina os impedimentos de caráter afetivo presentes no processo de aprendizagem. A confluência,

um dos modos de impedimento do contato, é considerada naquilo que gera dificuldade no aprendiz em ser o autor de seu próprio pensamento. Articulando as formas de evitação do contato com a Epistemologia Convergente, com a Gestalpedagogia como forma de Epistemologia Integrativa, Ana Karina apresenta um caso onde demonstra a forma como o conhecimento é fruto da relação, da experiência vivida onde sujeito, objeto, eu, outro e mundo caminham lado a lado, mas para além disso, transcendem as dicotomias entre partes-todo, exatamente por ser dotado de interconexões da ação humana com o ambiente, os processos sócio-históricos e a cultura. Nota-se o modo como os pais de seu paciente puderam compreender seu lugar e seu papel de confirmadores do filho, dedicando-se à nutrição emocional, imprescindível para revelar o escutar, o ver, o pensar, o refletir como processos fundamentais da aquisição de autonomia para a criança ser construtora não apenas do conhecimento próprio, mas de sua própria vida. A dimensão emocional torna-se assim o objetivo fundamental da aprendizagem como forma de integrar corpo e emoções com o processo cognitivo. Mais uma vez, em uma dimensão educacional, poderá o leitor perceber que a integração se torna o princípio e fim do processo de criação, sustentação e crescimento humanos.

Se a integração aqui e ali se apresenta como um elo necessário de toda ação em psicoterapia, particularmente o fluxo, esse deixar-se conduzir junto com, sem jamais ser meramente passivo, essa arte do encontro consigo e com a própria vida que sempre se revela no outro, adquire novas roupagens quando a criatividade é sentida sob a pena de *Wanne de Oliveira Belmino*, no capítulo 10. Acredito ser o capítulo que ilustra de maneira integrada a necessidade que se articulem fluxo e criação, onde o ser cíclico do feminino é necessariamente considerado. Wanne, de maneira artística e reflexiva, olha para seu próprio fluir, seu modo cíclico de estar no mundo e em si mesma. O feminino que há em todos nós – negado sob a visão machista – precisa ser reconsiderado a partir daquelas detentoras de maior pertinência nesse dizer: as próprias mulheres. E como mulher Wanne reflete sobre um aspecto às mulheres concedido, o de substituição do masculino, mas sendo ele mesmo impeditivo da aparição de suas singularidades, ao passo que faz emanar a rigidez típica do masculino. Como consequência, o adoecimento, a discriminação salarial, as pressões sociais, a precarização do trabalho e o acúmulo de tarefas eclodem em uma dimensão ambígua: se por um lado confirmam o “avanço” feminino em suas conquistas, por outro a solapam peculiaridade desse feminino e negam o reconhecimento da dimensão cíclica de suas energias físicas e psíquicas. É urgente reestabelecer um fluxo saudável, resgatando assim as múltiplas partes do feminino que dialoga sabiamente com a noção de crescimento em Gestalt-terapia, tendo exemplarmente no período menstrual uma importante metáfora da autorregulação orgânica. Ficar no vazio, permitir-se o contato, o emergir de algo, ainda que embrionário, fluir com o emergente e transfigurá-lo em expressões significativas, respeitando a própria criação e em direção a algo integrador e

complementar: eis o processo criativo em sua ciclicidade. O nada se apresenta como prehe de possibilidades e estas anunciam e completam o ser.

Essa obra então se configura por esses dez capítulos, dez convites, dez diálogos em integração. As experiências de seus autores (ex-peri-ência: sair de seu próprio ser) adquirem maior sentido quando revelados na forma de escritas, na maioria delas dizendo “olha o que eu vivi” e imediatamente se transformando em vivência do leitor, se atualizando na possibilidade de novos vividos. A experiência sugere a repetição, a vivência inaugura a singularidade e o novo. Assim, leitor e autores se integram na permissão dada de experiência e vivência. Enquanto linguagem, nos expressamos nas palavras, no corpo e na transcendência dessas dimensões a que preferimos sempre chamar de “ser”.

Silverio Karwowski

setembro de 2021.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, Psicólogo e Licenciado em Psicologia pela UFU, autor do livro Gestalt-terapia e Fenomenologia, Diretor do IGC – Instituto Gestalt do Ceará e professor universitário.

APRESENTAÇÃO







Movidos pelo desejo de dar continuidade ao objetivo de fomentar espaços de interlocuções entre profissionais de diferentes regiões do Brasil e que tem a abordagem gestáltica como suporte teórico, apresentamos o livro *Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos*. A proposta desta obra contempla a díade teoria-prática através dos escritos que são frutos de reflexões e experiências vivenciadas pelas autoras e pelos autores. Cada um com sua bagagem profissional e visão de mundo configurando um espaço de troca, construção de conhecimento e compartilhamento de experiências.





Os temas presentes neste livro nos convidam a olhar para uma clínica engajada politicamente, que prima pela ética do cuidado, e que ultrapassa os muros de uma clínica tradicional e solipsista. É uma clínica gestáltica que ultrapassa fronteiras, que tem música, sons, que reverbera e que mobiliza o campo para abrir espaços para a novidade. É uma clínica do contato com o novo e do contato com o diferente!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS	
Kamilly Souza do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127101	
CAPÍTULO 2	13
UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA	
Lázaro Castro Silva Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127102	
CAPÍTULO 3	31
A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF	
Leda Mendes Gimbo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127103	
CAPÍTULO 4	41
ESCUA MUSICAL, ESCUTA CLÍNICA: PASSAGENS	
Alberto Heller	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127104	
CAPÍTULO 5	53
VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Welison de Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127105	
CAPÍTULO 6	67
EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO	
Natascha Bravo de Conto	
Dafne Thaíssa Mineguel Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127106	

CAPÍTULO 7	80
AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA	
Lílian Vanessa Nicácio Gusmão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127107	
CAPÍTULO 8	93
UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL	
Elis Moura Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127108	
CAPÍTULO 9	105
A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Ana Karina El Messane	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127109	
CAPÍTULO 10	116
SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA	
Wanne de Oliveira Belmino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.37621271010	
SOBRE OS ORGANIZADORES	129

A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF

Leda Mendes Gimbo¹

Ser oprimida significa
a ausência de escolhas.
bell hooks

TEORIA DO SELF: INTEGRALIDADE EM FUNCIONAMENTO

Nosso ponto de partida é a compreensão de self como “sistema de contatos presentes e [o] agente de crescimento” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 178), como uma totalidade que integra as experiências na fronteira organismo-ambiente e possibilita o crescimento. Partimos da leitura de self como processo figura-fundo no campo imbricado, em situações de contato, um fenômeno de fronteira, espontâneo, flexível, que atua em modo médio, aberto ao que vem, disponível às novidades no campo. Consideramos self como um processo temporal, fundamental na interação organismo-ambiente, ecológico, holístico e que confere significado à existência. Nesse sentido, a leitura de self está inscrita na temporalidade husserliana², em que, no curso do tempo, o agora, unidade de presente vivo, está sempre em trânsito. A unidade temporal vivida passa ao horizonte de passado e permanece enquanto afeto, excitação, retida em um fundo de co-dados que é memória disponível à evocação e à recuperação, disponível à atualização no campo, orientada por um horizonte virtual de possibilidades e desejos.

Assim, podemos considerar que o presente, o aqui-agora, está sempre embebido do passado e lançado ao futuro. O aqui-agora contém todo o já-vivido, em uma perspectiva jamais individual, uma vez que as experiências vividas se dão sempre em relação e contêm também todas as possibilidades que se desenham no horizonte de protensão, todos os futuros possíveis, todas as fantasias que, do mesmo modo, jamais serão privadas ou individuais, pois são sempre dadas em uma situação e um campo relacional. Ou seja, self se constitui enquanto sistema de contatos inscrito na temporalidade, sempre em passagem, sempre em relação, sempre presente, mas atravessado pelos afetos que emergem do fundo em direção ao futuro incerto. Essa compreensão se contrapõe à ideia sustentada em outras perspectivas psicológicas que consideram “o” self enquanto instância intrapsíquica,

1. Gestalt-terapeuta. Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2. Cf. HUSSERL, E. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

individual, pessoal, com limites definidos, operando em relação ou respondendo ao meio (ROBINE, 2018).

Como afirmam Perls, Hefferline e Goodman (1997), em situações específicas, self parece composto por três funções, a saber: função ego, função id e função personalidade. A *função ego*, ativa, deliberada, corresponde à unidade temporal do presente vivo, ao presente transiente e sempre concreto em que a experiência de aumentar ou inibir o contato e de manipular o meio se dá. A *função id* corresponde ao fundo de vividos, aos co-dados assimilados como fundo habitual, dimensão afetiva que corresponde aos excitamentos que emergem e estão disponíveis para orientar a função ego em direção a um horizonte virtual de desejos. Ela corresponde à dimensão estranha da experiência do mundo em nós, é impessoal e desconhecida, uma vez que não representa uma função privada, individual, mas a amplitude das possibilidades que são contingentes e variáveis em situações distintas³. Essa função também corresponde às dimensões de pré e pós-contato, ou seja, é função que orienta a repetição de hábitos que já foram introjetados ou assimilados de situações anteriores, dimensão de retenção das gestalten destruídas a contento e/ou das inibições (deliberadas ou reprimidas), sentimentos incipientes e situações inacabadas. Já a *função personalidade* é análoga às características e lugares sociais com os quais nos identificamos, “admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nosso comportamento se nos pedissem uma explicação” (PHG, 1997, p. 178). A função personalidade corresponde ao horizonte virtual de protensões, à dimensão identitária à qual nos ligamos para dar sentido ao que experimentamos e vivemos. Aqui, a experiência ganha elaborações, o self relaxa e o contato final acontece. Essa função corresponde ao horizonte virtual de desejos e possibilidades para onde direcionamos nossas fantasias, as quais orientam, junto ou em conflito com a função id, a função ego no campo.

As funções id e personalidade constituem as dimensões virtuais que se doam, de maneiras distintas, para a orientação da função ego no campo. Agimos mirando um horizonte incerto, imaginando o lugar social que ocuparemos. Agimos mirando o sucesso ou tentando evitar o fracasso nas relações sociais, na tentativa de ser socialmente aceitos e validados. Dito dessa forma, podemos compreender que um mesmo objeto/fenômeno integra as funções id e personalidade em dimensões distintas: na primeira, como afeto que deriva de um já-vivido, na segunda, como projeção de uma formação identitária e dos lugares sociais por esta ocupados.

Tomemos como exemplo uma pessoa que, ao se apresentar em determinado contexto social, afirme: “sou psicóloga”. A afirmação, o falar de si, é a dimensão da função ego no presente; já o lugar social enquanto psicóloga, o significado que isso pode ter entre outras pessoas e a identificação com esse lugar dizem respeito à função personalidade,

3. Cf. ALVIM, M. O id da situação. In: ROBINE J. M. (Org.). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

dizem da virtualidade, da imagem que se projeta sobre exercer esse lugar. Mas o que também possibilita que essa afirmação seja feita, por ser de onde emerge o afeto que, espontaneamente, orienta a ação, é a função id, dimensão que contém assimilações do já-vivido, introjetos sobre um mesmo objeto/fenômeno, os quais, porém, não se dão de forma individual, pois o já-vivido diz respeito a uma memória coletiva.

Consideremos, então, tratar-se de três dimensões de um mesmo fenômeno, integradas na concretude da experiência no presente vivo, sempre transiente (PHG, 1997). A função ego é a função operacional, deliberada, enquanto as funções id e personalidade são as funções impessoais, virtuais. A função personalidade, como apontamos, é correlata às nossas identificações sociais, pautadas em categorias generalizáveis, rótulos não necessariamente equivalentes ao que somos quando agimos no campo de determinado modo. Dessa forma, quando alguém se apresenta como psicóloga, isso não corresponde ao exercício em si da psicologia, à pessoa ali, em situação, atendendo um caso clínico, em um dia qualquer no dispositivo onde atua, mas diz da representação, do papel, da categoria socialmente generalizável que está, de alguma forma, colada aos afetos, ao já-vivido, ao introjetado e assimilado sobre essa mesma categoria. Passado e futuro são virtualidades integradas na experiência atual.

A função id, por sua vez, é a dimensão de retenção e repetição de hábitos, que se doam à atualização quando recuperados em situações novas, orientando a função ego em campo. Aí reside, talvez, a distinção fundamental entre as virtualidades da função id e da função personalidade: enquanto a função id é a virtualidade do já-vivido impessoal que carregamos sem saber, a função personalidade é a virtualidade do porvir, sempre fantasia ou desejo do que vem. A função id contém o que deriva das experiências com o passar do tempo, o que já esteve no horizonte de futuro. Ela opera como um ritornelo⁴; mas a cada giro – que nunca se sabe como ou quando se dará –, ao orientar a função ego no campo, apontando para o horizonte de desejo, ela está sempre submetida à atualização (mesmo que parcial) e será retida de novo, não necessariamente – e, possivelmente, jamais – da mesma forma.

As três funções, que, em situações específicas, parecem ser self (PHG, 1997) operam indissociavelmente, integradas e de maneira holística, como totalidade. Contudo, dependendo da situação ou da experiência, uma função pode ser mais convocada que outra ou, a partir da novidade emergente do campo, as interdições no contato e a *awareness* comprometem de maneiras distintas e plurais as funções de self na fronteira. O processo de contatar está submetido a uma série impensável de interdições, interrupções e suspensões de diversas ordens, a depender da situação e das contingências do campo.

4. Conceito de Deleuze e Guattari que diz respeito ao fio que conduz a sensibilidade da experiência, à repetição como em um refrão de melodia: o fio de uma cançãozinha constitutiva, que retorna sempre nova, mas impregnada dos afetos da infância, da memória daquilo que somos sem saber (DELEUZE; GUATTARI, 2007).

A partir dessas ponderações, podemos considerar ou elaborar a maneira como self opera, em sua totalidade, nas situações de violência. Para isso, é imprescindível salientar dois pontos importantes: o primeiro é a compreensão de id como id da situação (ALVIM, 2018) – jamais privado –, que inclui dados assimilados e introjetados das experiências vividas, e a necessidade de abarcar nessa dimensão as formações socio-históricas, as regras e normas sociais que são geracionalmente repetidas e organizam os valores da vida em sociedade. O segundo ponto diz respeito à ambivalência e ao conflito que podem resultar de um horizonte de possibilidades que, por um lado, aponta para nossos desejos mais espontâneos, livres e honestos e, por outro, sinaliza o risco que podemos correr quando não aderimos ao ideal social projetado no horizonte virtual que corresponde aos desejos de nossos pais, ao ideal de ser humano de sucesso, às identidades normativas compreendidas como vencedoras e admiradas em uma sociedade capitalista, neoliberal, a qual coíbe as diferenças em prol do desempenho de papéis socialmente desejáveis, que, frequentemente, são correlatos a inibições reprimidas, formas pouco criativas, fixação em padrões e medo das novidades que podem gerar mudanças, solicitar novos hábitos e possibilitar a criação de respostas atualizadas no mundo.

Uma regra ou norma, um imperativo de lugar social, não se desenha no horizonte de futuro sem antes ter sido introjetada, por repetição e acúmulo, até se tornar socialmente compartilhada. Quando nos anunciamos, quando nos identificamos ou somos identificadas a papéis sociais, função personalidade operando, nem sempre nos anunciamos a partir daquilo que espontaneamente desejamos⁵: muitas vezes nos anunciamos, de forma deliberada ou já inibida pelos introjetos, para atender aos imperativos do que é socialmente desejável. Por vezes, isso significa abrir mão do que amamos genuinamente ou vivenciar conflitos severos para atender às demandas daqueles com quem se vive e por quem não queremos ser rejeitados. A exemplo disso, tem-se o conflito de pessoas homoafetivas que sofrem, culpabilizam-se e vivem conflitos dolorosos (função ego) porque identificam que seu desejo não é correlato ao lugar social que os pais projetaram ou porque não atendem às normas de cisheteronormatividade da sociedade, largamente introjetadas (função id) e projetadas como ideais identitários (função personalidade).

Nesse sentido, o ego em conflito opera de forma confusa, não por faltarem afetos que emergem como excitamentos da função id, ou por não encontrá-los e compreendê-los, como acontece nas psicoses, mas por estes não estarem alinhados à fantasia identitária de sucesso que se desenha no horizonte de protensões. O ego aliena, interdita, inibe ou recusa o exercício afetivo livre, em virtude do temor da exclusão e do malogro que um lugar social pode produzir. Isso significa, na neurose, que podemos lançar mão de estratégias

5. “Contato, formação figura/fundo é um excitamento crescente, sensitivo e interessado” (PHG, 1997, p. 47). No contato sem *awareness*, nós nos alienamos de dimensões da experiência, inibimo-nos de forma deliberada ou reprimida: penso estar em contato com uma obra de arte quando a observo, mas posso estar em contato não com a obra, e sim com o crítico de uma revista (PHG, 1997).

de defesa, criativas, para manipular o campo e terceirizar a responsabilidade da função ego, na tentativa de conseguir o que desejamos, correndo risco mínimo de malogro. Mas, o que podemos dizer das situações em que as possibilidades criativas são ainda mais restritas à função ego, mesmo as possibilidades de manipulação, por se tratar de situações de exposição e submissão ao exercício de poder de outros, operacionalizado em ações violentas? Que leitura podemos fazer do funcionamento de self quando, na fronteira, na situação, a violência é o hábito repetido no campo? Como repetimos a violência? Quais efeitos se dão em nós quando somos objeto de violências?

VIOLÊNCIA: REPETIÇÃO DO HÁBITO EM VIRTUDE DO LUGAR SOCIAL DE PODER

A violência é um fenômeno social complexo e multifacetado que, embora possua uma dimensão passível de ser tratada em uma perspectiva individual – a saber, a violência exercida por uma pessoa contra outra ou outras –, trata-se, certamente, de um fenômeno amplo, relacionado às formações sociais e utilizado como elemento de dominação e coerção. A violência é um fenômeno de ordem coletiva largamente compartilhado, é ferramenta chave para o exercício de poder e estratégia de governo de corpos, não apenas corpos humanos. Embora a violência, sobretudo em sua dimensão física, seja observada entre outros grupos de animais, com a finalidade de defender territórios, garantir alimento ou reprodução, os seres humanos possuem a característica única, por serem dotados da possibilidade de atribuir sentido ao que vivem, de fazer uso dela de forma deliberada, para fins que tangenciam as estratégias de sobrevivência na natureza. Para reproduzir o *status quo*, acumular capital, atender a imperativos normativos ou submeter corpos ao controle, a violência constitui um meio habitual.

Obviamente, não devemos reduzir esse fenômeno ao singular. É possível adotar o plural – as violências – para nos referirmos às manifestações possíveis em dimensões diversas. Não é um objetivo deste texto descrever ou diferenciar as formas da violência e a forma como elas são utilizadas, mas pensar a violência como hábito, forma introjetada, co-dado disponível, formação socio-histórica que, antes de ser convertida em ato, na dimensão atual das relações, antes de ser uma ação, já existe como regra, excitação e possibilidade disponível para governar e controlar. A violência, aqui, é pensada como hábito (função id) que orienta ações no presente vivo (função ego) direcionadas a um ideal de identidade (função personalidade) socialmente desejável, análoga à fantasia de identidade socialmente vencedora ou bem-sucedida. Também não se trata de estabelecer quais formas da violência podem causar maiores ou piores danos, mas de compreender como esse fenômeno multifacetado, em situações distintas, pode ser atualizado, recriado e repetido para exercer poder. Contudo, também é relevante dizer que a manifestação mais radical da violência, a aniquilação da vida, o extermínio, o ato de causar a morte,

tem sido ferramenta final para marcar a força. Aniquilar é a forma mais radical para se subjugar e submeter quem quer que se rebele (MBEMBE, 2018). Matar, abandonar à morte, fazer deixar de existir em vida, dizimar a memória depois da morte são as mais severas manifestações da violência e do exercício de poder.

Podemos pensar, por exemplo, nas estratégias de guerra, que classicamente definem como vencedores aqueles que aniquilam e massacram os inimigos, submetendo-os para, assim, apropriarem-se de seus recursos, territórios e riquezas, mas, sobretudo, para serem nomeados como vencedores. Menos interessa aquilo pelo que se luta e mata, mais interessa o título social. A guerra justifica a produção bélica, a indústria armamentista, o fetiche pelo uso de instrumentos cujas imagens e suas reproduções já se antecipam enquanto ameaça e produzem temor. Como nos sentimos diante da imagem de um revólver? Que efeitos produz a imagem de uma arma? Nesse sentido, já podemos também sinalizar a ameaça como recurso violento, ato que anuncia ou antecipa o risco de violências mais cruéis ou devastadoras e que, pela incitação de medo, possibilita o controle.

Pensemos nos macro e microexemplos dessa forma violenta e em seus usos. A ameaça é largamente utilizada enquanto recurso para a educação⁶. Desde a mais tenra infância, compreendemos que, se não obedecermos, não seremos recompensados ou bem-sucedidos; que devemos calar a boca e comer, ou seremos hostilizados por nossos pais e cuidadores; que devemos respeitar as figuras humanas que nos são apresentadas como autoridades e devemos agir do modo como elas indicam, ou não seremos amados. Geração após geração, vemos a repetição das ameaças gerar o receio de ocupar lugares sociais indesejáveis ou passíveis de exclusão. Sentimos medo e, pelo medo, introjetamos regras, normas e aprendemos a alienar nossos desejos em virtude da aceitação social.

Quando nascemos, temos diante de nós, sem saber, um horizonte largo e a expectativa de duração no tempo. Temos, em virtude da vulnerabilidade biológica de nossa espécie, a necessidade de ser objetos de amor e cuidado de outras pessoas, para que possamos sobreviver até dispormos de autonomia para seguir. Nesse ínterim, desde o ventre, desde que somos gerados e concebidos até que sejamos biologicamente considerados maduros, recebemos e somos mergulhados em séculos de tradições, ritos e normas, em sua grande maioria obsoletos, mas socialmente reproduzidos. Aqui, incluem-se as indumentárias de gênero, as definições do que é socialmente compartilhado como masculino ou feminino, as polarizações e os lugares instituídos. Desde a infância, quando possuímos mais horizonte de futuro do que inscrição num fundo de hábitos assimilados

6. Cabe aqui a problematização e a crítica aos métodos formais de educação, ou o que temos chamado de educação, que certamente têm menos a ver com a formação de seres humanos criativos, autônomos e livres do que com a de meros reprodutores de normas, docilizados, capitalizados, obedientes e servis, mas que, em uma sociedade capitalista e neoliberal, são ovacionados como cidadãos de sucesso. Para essa discussão, ver “*How to educate children for Peace*” [Como educar crianças para a paz], de Laura Perls. (Cf.: PERLS, L. **Living at the boundary**. Nova York: Gestalt Journal Press, 1991)

ou introjetados⁷ como respostas disponíveis às novidades do mundo, somos ameaçados; desde quando possuímos mais possibilidades criativas e desejos honestos do que inscrições e compreensão do que socialmente esperam de nós, somos socializados para alienar nossas possibilidades criativas e livres em prol dos papéis sociais tão instituídos e naturalizados que já alienaram os que vieram antes de nós. Tem-se uma espécie de linha de montagem fordista das subjetividades, que normatiza e aniquila desejos, ou, em um viés gestáltico, a neurotização da vida, a repetição pouco criativa, a fixação nas formas ratificadas socialmente, o apego aos lugares sociais desejáveis e à necessidade de afirmação constante, a necessidade severa de ser socialmente validados e aceitos.

A ameaça gera temor e medo e, macropoliticamente, é utilizada como forma de governo de populações inteiras e grandes bandos humanos. Um corpo infantil em uma escola é um corpo atendendo ao imperativo social, já o sistema educacional é a padronização macropolítica de todo um grupo humano. O corpo preso e o sistema carcerário, o corpo louco e as instituições manicomiais, o corpo obediente e os dispositivos religiosos, inúmeros são os exemplos da relação entre a macro e a micropolítica de controle dos corpos; contudo, aqui nos interessa pensar que essas formações operam como introjetos, compondo um fundo habitual passível de repetição, e também se desenham como horizonte de possibilidades, de malogro ou de sucesso social. Ameaçados e coagidos, por essa via, para tentar ser socialmente aceitos, muitas, inúmeras vezes aderimos e nos alienamos a papéis sociais que divergem de nossos desejos mais livres e honestos.

Para além da ameaça e do medo, quando estes não são suficientes como meio de submissão, ferir gravemente ou aniquilar são recursos radicais, mas naturalizados, entre os seres humanos para exercer poder. Podemos sugerir que a violência opera como um hábito largamente introjetado, com alicerces profundos nas relações humanas e historicamente repetido, facilmente recuperado como excitação, resposta que emerge de um fundo compartilhado e orienta ações, respostas motoras e verbais adotadas no campo para atender aos imperativos de dominar e submeter outrem em virtude de interesses que parecem pessoais, mas que, na maioria das vezes, são alienações. Ou seja, seres humanos se alienam e reproduzem formas correlatas a papéis e lugares sociais que são afirmados como desejáveis, mesmo que correspondam a afetos tristes, vidas tristes. O

7. Aqui, sugere-se considerar as formas assimiladas como experiências de contato e *awareness* bem-sucedidas, como o movimento de criação e destruição de gestalten no campo em sua forma mais fluída e como introjeção quando o que é retido no fundo, o que fará parte dos co-dados, está ligado a experiências inibidas, interrompidas ou derivadas de conflitos entre desejos livres que podem ser socialmente mal recebidos (abandonar os estudos, por exemplo) e identidades sociais bem-sucedidas (estudar para ter uma profissão que garanta dinheiro). A função id contém rudimentos dos desejos livres e das situações em que foi possível agir orientando-se por esses afetos, mas já contém também inscrições nas normas sociais, assim como o horizonte de protensões – a função personalidade – contém os ideais e fantasias, as expectativas de satisfação dos desejos mais honestos e livres e, também, o vislumbre e a antecipação de como podemos fracassar ou malograr socialmente se agirmos sempre em virtude desses desejos, uma vez que devemos atender a padrões e ideais socialmente compartilhados, mesmo que obsoletos, para ocupar papéis relevantes entre nossos pares. A função ego é campo de conflito e embate. Para quais fins devemos direcionar nossos atos? Qual o *telos* de nossas ações?

desejo de representar, no meio social, um papel compreendido como o do ser humano vencedor, bem-sucedido e respeitado é alienante e possibilita a reprodução massiva, sem questionamento, da violência como método, elemento de manutenção e meio possível para conservar a fantasia neurótica de se ocupar o lugar social daquele que vence, a fim de alimentar, na função personalidade, a forma identitária de alguém superior em força e soberania sobre outras vidas. Que fantasia poderia ser maior indicativo de insegurança? Que fantasia identitária poderia indicar um signo maior de alienação do que essa que se sustenta na ideia de superioridade sobre outros?

Sabemos que a relação eu-outro, máxima buberiana do encontro possível, é formadora e necessária. Diante de outras pessoas, identificamo-nos no movimento em que reconhecemos as diferenças, as (as) simetrias, o desejo de sermos compreendidos e amados. Nós nos inscrevemos na linguagem para tentar compartilhar e trocar com nossos semelhantes (mas não só com eles), para compor e dar sentido à vida, que tem duração incerta. Na ânsia de encontrar a boa medida da vida, de não viver sós, operamos em extremos, corremos o risco de perder o fio, repetimos sem questionar.

INSUBMISSÃO: ATUALIZAR HORIZONTES DE RETENÇÃO E PROTENSÃO

No exercício clínico, prezamos pela estimulação de ampliação da *awareness*, pelo aumento do autossuporte e pela implicação de nossas consulentes na responsabilidade sobre si, sobre seus desejos e sobre os resultados de suas escolhas. Esse continua sendo um objetivo condizente com o *ethos* gestáltico, contudo, não podemos esquecer que tudo acontece imbricado com o campo e que as condições sociais e os fatores socio-históricos são variáveis que determinam as possibilidades. Logo, não podemos tomar a premissa da responsabilidade individual como independente das contingências do campo. As violências de gênero, o racismo, a psicofobia são violências estruturais, amplamente repetidas como hábito, e estratégias de dominação e controle de corpos; assim, suas manifestações e o sofrimento que deriva delas devem ser tomados de forma ampla, jamais reduzidos à ideia de sofrimento individual. As vítimas não são objeto de uma relação específica – um homem agride uma mulher, uma pessoa em surto é internada compulsoriamente, um menino negro é acusado de furto –, essas violências, antes da reprodução em uma relação particular, são largamente compartilhadas como hábito, tornam-se introjetos, são normatizadas.

A norma é a forma majoritariamente repetida no campo, naturalizada. A norma também é o habitual. Os hábitos compõem um fundo de co-dados, assimilados, introjetados, retidos e prontos para emergir como excitação para orientar uma ação, direcionada a um horizonte de futuro, no presente transiente concreto. A norma está na base, mas está também no horizonte. A norma está nas formas repetidas, sejam elas inibições deliberadas ou reprimidas, mas está também no temor ou no desejo de ocupar um lugar social. Em

uma leitura a partir da teoria do self, isso significa que a função ego está engajada no campo, orientada por um fundo de hábitos encharcado de introjetos normativos e também por afetos que derivam das experiências libertárias que foram possíveis (função id, sempre o estranho impessoal), em direção a um horizonte virtual que aponta para o lugar social reificado e passível de aprovação, mas também para as fantasias mais libertárias que podemos ser e ter (função personalidade, os papéis sociais aos quais nos colamos, por desejo livre – self espontâneo – ou balizadas pelos desejos de outros – neurose).

Nesse sentido, como é possível pensar a relação com a violência, quando sabemos que estratégias de dominação e controle existem desde os primórdios das relações humanas e que o exercício do poder se atualiza? Pensando no exercício clínico, podemos propor que não damos conta da transformação do mundo em um lugar sem violências (embora não devamos perder de vista essa utopia e esse desejo), mas consideramos que a clínica é espaço de acolhimento para sofrimentos que derivam de formações violentas estruturais, como o patriarcado e o racismo, e de injustiças sociais, como a manicomialização. Logo, é parte do *ethos* gestáltico considerar e incluir em sua prática a ideia de que crescimento tem a ver com a atualização de self em relação ao ambiente e de que, para isso, será necessário se ajustar, sempre que possível e da forma como for possível, contra a norma. Portanto, atualizar as possibilidades no horizonte de protensão, engajar a função ego no exercício de enfrentamento e questionamento das normas e, assim, paulatinamente, atualizar o fundo de vividos de onde emergem afetos habitualizados e largamente compartilhados são funções do exercício clínico em Gestalt-terapia.

A recusa e a insubmissão se apresentam como possibilidades libertárias e criativas, mas que implicam grandes riscos, uma vez que há um apego quase generalizado e neurótico às formas sociais instituídas e aos seus rituais. Não constitui tarefa simples nadar contra a correnteza de introjetos tão profundos, contudo, o preço de não se questionar, sobretudo em tempos difíceis e diante da atualização do fascismo⁸, pode ser alto demais. Quantos horizontes se abrem quando escavamos os afetos e, honrando a luta dos que vieram antes, agimos rejeitando as normas? Aqui, nossa grande ambivalência: estamos em relação, e esse movimento de recusa e libertação não se dá sem produzir a asseveração da contraforça. A manutenção da ordem social e dos corpos em lugares específicos atende a interesses enormes; não há recusa por parte da classe oprimida nem libertação sem se produzirem efeitos nos opressores. As ferramentas de contenção, a violência acontecem. De várias formas. A violência é ferramenta também habitual e compartilhada socio-historicamente para conter e dominar e, em casos não raros, sua máxima expressão tem sido aniquilar a quem não se domina.

Fazer frente ao racismo e combater as repetições colonialescas, desconstruir os

8. Para aprofundar a leitura sobre o avanço do extremismo político no Brasil, ver HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. **Psicologia dos extremismos políticos**. São Paulo: Ed. Vozes, 2020.

mecanismos de afirmação do patriarcado e suas manifestações, acolher as formas de produção que não operam a favor da inteligência social capitalista, facilitar o exercício livre da vida, acolher as crianças e todas as formas de amor, se esses gestos não fizeram parte de uma ética clínica, certamente incorreremos em dois graves erros: (1) subverter o ideal ético da Gestalt-terapia e (2) permitir que o exercício da psicologia seja (outra vez na história deste país) conivente e reforçador de violências e injustiças.

Cada gesto é necessário, e a soma, a multiplicação e a repetição de gestos insurgentes pode atualizar o campo dos possíveis. Se os poderes tristes se atualizam e as estratégias de poder e dominação também operam assim, que seja possível atualizar os afetos alegres, e que a Gestalt-terapia mantenha seu *status* libertário e revolucionário a favor da vida em suas manifestações mais livres.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. O id da situação. *In*: ROBINE, J. M. (Org.). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 2007.

HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. **Psicologia dos extremismos políticos**. São Paulo: Ed. Vozes, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.


PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, L. **Living at the boundary**. Nova York: Gestalt Journal Press, 1991.

ROBINE, J. M. (Org). **Self**: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos. São Paulo: Ed. Escuta, 2018.

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br